

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Digital, nesta manhã de quinta-feira, assomo à tribuna para repercutir um evento ocorrido nesta semana, aqui, nesta Capital, que foi a assembleia extraordinária dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, convocada pela associação dos praças, Aprasc, e pelas demais entidades representativas da categoria, associação dos subtenentes e sargentos, dos cabos e soldados, dos bombeiros.

Foi uma assembleia marcada por uma participação superior à expectativa dos

organizadores. Calcula-se que entre 1.300 e 1.500 praças estiveram presentes na sede da Associação Catarinense de Medicina, no bairro Saco Grande, para debater esse momento, especificamente, a situação salarial.

Essa foi a maior mobilização da categoria desde aquele dezembro de 2008, quando houve o movimento que paralisou parte da Segurança Pública do estado de Santa Catarina na luta pelo cumprimento da lei salarial do então governo de Luiz Henrique da Silveira. Desde então, portanto, há quatro anos e meio, a categoria estava meio dispersa e paralisada, as assembleias eram pequenas, com pouca presença, e vemos agora, novamente, a categoria em alta, participando preocupada com as questões de maior interesse, e não é para menos. Há debates sobre a questão salarial da categoria que tem preocupado com a maioria dos servidores da Segurança Pública, mais especificamente os servidores militares.

Propostas de remuneração para os militares estaduais, policiais e bombeiros têm circulado nas esferas de comando, nas secretarias de governo e, não obstante, algumas delas com números impressionantes e até atrativos, vamos dizer assim, incluindo algumas retiradas de direitos conquistados pela categoria, que são muito valorizados, como por exemplo a jornada de trabalho, uma lei de 1995. Inclusive, praças de outros estados da federação buscam copiar o modelo de legislação, de jornada de trabalho dos servidores militares estaduais, já que essa foi uma conquista importante na década de 90, que definia em lei que a jornada do policial militar é de 40h e, para além disso, o estado precisa pagar o serviço extraordinário, chamado de estímulo operacional, que funciona na mesma regra e na mesma lógica da hora extra.

Isso foi muito importante - e não pelo dinheiro que hoje em dia, inclusive desgraçadamente, faz parte do orçamento desses profissionais de segurança pública -, porque definiu pela primeira vez em mais de um século e meio que o policial e o bombeiro militar têm

direito a uma vida social, a ter folga, a conviver com a família, a tentar estudar, porque terá uma jornada de trabalho parecida com a de todos os outros trabalhadores da sociedade.

Esse é um direito. E além desse há a progressão, os chamados triênios, o adicional por tempo de serviço, a vintenária, um direito que também está consagrado historicamente, a remuneração do posto posterior na passagem para a reserva, e isso é muito importante, especialmente para os sargentos, para quem já é ou pretende ser sargento. Esse é um direito muito importante, embora seja importante para todos os servidores militares.

Então, existe uma preocupação de que, apresentando números bonitos, atrativos, em termos de salário, possam, de repente, subtrair alguns direitos desses, e daí o governo vir até dizer que concorda com isso, mas o valor do salário está muito alto. Portanto, por meia dúzia de patacas, acabamos trocando vários direitos importantes que foram conquistados ao longo de décadas de sofrimento.

A assembleia pronunciou-se nesse sentido pela não retirada de nenhum direito e pela busca por um salário digno para todos os servidores militares do estado.

Houve uma caminhada até o palácio do governo e inclusive houve uma interlocução com o secretário da Administração, Derly Anunciação, no sentido de apresentar esse sentimento e esses pressupostos. O secretário e o governo têm respondido positivamente, dizendo, inclusive, que estão na linha da não retirada de direito. E o compromisso do Palácio é que até o dia 17 deste mês de junho apresente uma proposta de política salarial para os servidores militares estaduais, os policiais e bombeiros militares.

Outros segmentos do serviço público já tiveram um tratamento - nem tanto quanto gostariam, mas tiveram - já neste ano de 2013, e os militares estaduais ainda estão aguardando.

É evidente que se tem a expectativa de que se possa, efetivamente, melhorar o salário e

preservar os direitos, inclusive debater a melhoria da carreira dos servidores militares. Essa é a grande expectativa da imensa maioria do contingente policial e bombeiro militar do estado de Santa Catarina.

Como pudemos nos pronunciar lá, queremos reiterar aqui que o nosso mandato sempre esteve, está e estará à disposição das demandas da categoria de onde somos oriundos. E o motivo pelo qual viemos para este Parlamento foi para representar a sociedade catarinense e para estar muito ligado permanentemente às demandas, aos anseios, às angústias e às reivindicações dos militares estaduais, especificamente dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Então, portanto, esse mandato, como sempre gostamos de frisar, estará subordinado à vontade e à deliberação coletiva dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Quero parabenizar a nova diretoria da Aprasc, da qual eu não faço parte - enfim, não sou mais diretor depois de 12 anos -, todos os diretores, todas as lideranças regionais e todos os praças que se mobilizaram, e que estão mobilizados, na busca de um salário digno, de uma carreira mais dignificante e da manutenção dos direitos historicamente conquistados.

Outro assunto a que quero me referir foi a presença, ontem, no final da tarde, nesta tribuna, do sr. Lucio Dias da Silva Filho, da Aliança Nativa e representando outras entidades em defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico e cultural da Grande Florianópolis, que veio falar sobre a Ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926. Ou seja, até 1926, há 80 e poucos anos apenas, o único meio de transporte entre ilha e continente... Em 1926, foi inaugurada a ponte. Então vivemos desses extremos, desses opostos.

Falando na Ponte Hercílio Luz, há 22 anos fechada e que no final da década de 80 abriu, gostaria de registrar que tive a oportunidade de caminhar uma única vez sobre a ponte Hercílio Luz, há 24 anos. Ela foi fechada porque tinha problemas de segurança. E todos os governos têm reformado a

Ponte Hercílio Luz, mas ela não reabriu. Fala-se até que ela vai cair, outros dizem que seria até bom que se derrubasse a ponte. Sempre achei isso uma insanidade, porque ela é um dos principais, senão o principal, cartão postal de Santa Catarina, que atrai turistas, atrai a atenção de todos os lugares do Brasil, da América Latina, inclusive do mundo.

Além disso, existe a sua importância quanto ao patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e, por que não dizer, pode ser usada como meio de mobilidade ainda. Quantos quilômetros separam o bairro Estreito, populoso, com milhares, dezenas de milhares de pessoas, do centro da cidade? Alguns poucos quilômetros.

Então, com a ponte recuperada, com uma via de ciclismo, com certeza, ajudará a desafogar os engarrafamentos da Grande Florianópolis. E todos que moram no Estreito podem vir de bicicleta ou caminhando para o trabalho, no centro de Florianópolis, ou vice-versa. Então, esses elementos têm que ser refletidos, debatidos e temos que saber por que demora tanto reformar uma ponte. Daria para fazer uma nova, ou umas quatro, cinco, nesse tempo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero hoje fazer um comentário sobre o Projeto de Lei Complementar n. 0416, que passou na Câmara dos Deputados e que visa permitir a partir de agora a criação novamente, não só a criação, mas a criação, a incorporação, a fusão, o desmembramento ou a instalação de novos municípios no Brasil.

Gostaria de ressaltar um pouquinho aqui historicamente que até 1980 tínhamos no Brasil 3.974 municípios. Depois, de 1980 a 1988, aumentaram mais 173 municípios, de 1988 a 1990 mais 315 municípios. E chegamos em 1996 com 4.987 municípios, e agora temos 5.565 municípios no Brasil. Destaco que em Santa Catarina temos, a partir deste ano, 295 municípios.

O princípio básico da criação de novos municípios sempre tinha autorização das Assembleias Legislativas. Cada um em seu estado fazia a legislação para a criação de novos municípios, e a ideia principal era que a descentralização do Poder viria a beneficiar a população. As cidades, mesmo que pequenas, mas tendo uma prefeitura, poderiam aplicar melhor seus recursos naquela região.

Em alguns países a divisão do bolo tributário, a divisão da renda pública acontece tendo em vista que o principal fator para esta divisão é a população. Por isso, considerando que a população é o maior coeficiente para a promoção da divisão da renda, se o município tem muitos habitantes, vai receber um valor maior. Se o município é pequeno, recebe um valor menor. Isso significa que também não existe muita preocupação se o município é grande ou pequeno, porque a divisão do bolo tributário aconteceria, como acontece, por exemplo, em países como Alemanha, Itália, na maioria dos países europeus, onde o princípio divisor da renda pública é o número de habitantes.

Aqui, no Brasil, infelizmente, não é, porque o fator populacional é um dos fatores muito pequenos. Vale muito mais o fator econômico. Ou seja, o município, quanto mais produz, se ele tiver indústria que produz, que vende mercadoria, tem um retorno de ICMS maior.

Ora, aparentemente até parece justo, mas se olharmos com mais detalhes, veremos que não é. Justamente porque esses tributos, o ICMS, por exemplo... Em um município que produz muita energia elétrica o ICMS é pago pelo consumidor. E o consumidor não está naquele município, na maioria das vezes está longe. Vale a mesma coisa

para a produção de geladeiras, carros, cerveja, enfim, existem muitos municípios que são essencialmente consumidores, às vezes municípios ditos dormitórios, porque trabalham, compram e vendem em municípios vizinhos, e lá no seu município não tem a sua contabilização.

Por isso, melhor seria que, em vez de dividirmos o bolo tributário pelo índice do movimento econômico, aumentasse o coeficiente populacional, aumentasse o peso do número de habitantes para fazer a divisão tributária.

No Brasil, ainda não é assim. Em alguns países já se observa isso. Por isso, quando nós comparamos o Brasil com a Alemanha, a Alemanha, mesmo sendo muito menor do que nós, tem muito mais municípios. Se lá tem tantos municípios, porque aqui não podemos ter mais também? Podemos até ter mais, mas então precisamos mudar o princípio da divisão do bolo tributário, considerando mais o número de habitantes no lugar, no movimento econômico, como é usado.

Enfim, agora o PL n. 416 permite a criação de novos municípios, não só a criação, a incorporação, a fusão, porque poderia acontecer de municípios pequenos resolverem se juntar novamente. Aqui em Santa Catarina temos municípios que têm 1.100, 1.200 eleitores; temos uma imensidão de municípios onde o número de habitantes não passa de dois mil, três mil, que agora já estão consolidados.

Eu imagino que muito raramente possa haver algum município que queira fazer a fusão, ou seja, de duas, três prefeituras fazer uma só. Mas teoricamente o projeto de lei até permite isso.

Então, ele estabelece alguns critérios. E pelos encaminhamentos que temos no Brasil poderá haver ainda a criação de 150 municípios. No entanto, para haver essa criação não basta apenas ter o desejo da população de um distrito, como era alguns anos atrás. Quando se queria fazer a emancipação, encaminhava para a Assembleia, fazia o processo e reinstalava um novo município.

Agora, primeiramente tem que haver um número percentual de eleitores daquele distrito que quer

fazer o encaminhamento; segundo, certo número de habitantes: se for na região norte e centro-oeste, precisará ter no mínimo 6.008 habitantes; no nordeste, 8.411; e no sul e sudeste seria 12.016 habitantes.

Certamente teriam, aqui em Santa Catarina, alguns distritos que poderiam fazer seu encaminhamento tendo esses quesitos, mas terá que haver também um plebiscito para votarem. No entanto, colocam alguns critérios em minha opinião importantes justamente para coibir a criação inadvertida de novos municípios. Além disso, o distrito terá que demonstrar, no processo de encaminhamento, que tem um núcleo urbano, estimativas de despesa e de arrecadação, viabilidade econômica e administrativa e viabilidade de infraestrutura.

Por isso cumprimento aqui os nossos deputados federais que também aprovaram esse projeto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Na ausência de oradores deste partido, o próximo será o PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, temos ouvido, desta tribuna, e temos feito parte de um debate importante a respeito do financiamento da Saúde, no Brasil, e da atual sistemática, inclusive, de funcionamento do nosso Sistema Único de Saúde.

Agora há toda uma discussão da nova pactuação das redes de urgência e emergência, que estão sendo apresentadas pelo ministério da Saúde como uma forma de salvar e revitalizar os hospitais, de promover novos serviços, colocar dinheiro novo na saúde.

É normal que tenha também a discussão no sentido das dúvidas até mesmo dos hospitais, de

prestadores de serviço, para saber como isso vai efetivamente funcionar. E, por isso, os debates são importantes, assim como os esclarecimentos nesta Casa. Além da comissão de Saúde, há também uma Frente Parlamentar que discute isso para que tenhamos claro como é que vai funcionar essa nova rede de urgência e emergência. Num primeiro momento, antes de todos os demais esclarecimentos, estamos caminhando na linha de que pode ser realmente uma perspectiva importante para os nossos hospitais, para o atendimento à saúde.

Citei há alguns dias, quando estava na região meio-oeste, a questão da rede que será formada por 55 municípios, em que hospitais, por exemplo, o Hospital Maicé, de Caçador, o Hospital Santa Terezinha, de Joaçaba, o Hospital São Francisco, de Concórdia, o Hospital de Curitiba, entre outros, receberão recursos de R\$ 30 milhões, que poderão ser acessados, também projetos individuais, além do pagamento de serviços, que serão diferenciados, da Central Única de Regulação de Marcação de Consultas.

Então, acredito que se está abrindo uma nova perspectiva para o atendimento na área do SUS dos nossos hospitais.

Creio que se está encaminhando bem. É claro que precisa esclarecer melhor isso, trazer mais informações para que possamos ter uma posição definida sobre esse assunto.

Digo isso para servir de reflexão, pois precisamos, de maneira geral, os estados, os municípios e a união, investir mais em saúde. E aqui mesmo no estado, segundo informou a imprensa, as contas do governo no ano passado foram apreciadas, e na análise das contas constatou-se que os percentuais mínimos de saúde, educação não foram cumpridos. No caso do estado, que corresponde a 12%, chegou a pouco mais de 10% na saúde; quanto aos 25% da educação, também não atingiu esse percentual.

Entendemos que isso é uma problemática porque quando se estabelece um mínimo, ele é o mínimo, e sempre se busca mais, pois a partir de um patamar mínimo se vai para cima e não dali para baixo. Vou

citar um exemplo de salário. Há um salário mínimo nacional, mas a ideia é que se pague dali para cima. Assim são os percentuais de saúde e de educação, ou seja, há os mínimos que o estado tem que cumprir, assim como os municípios, e a partir daí tem que subir esse cumprimento para que tenhamos mais recursos.

Há inclusive municípios que já passam de 22%, 23%, até 25% de gasto em saúde. E passam de 30%, 31%, 32%, alguns chegando até 35%, em educação. Portanto, ficamos, deputado Sandro Silva, com dificuldade de entender por que o estado não cumpre o mínimo percentual exigido na área da Educação e da Saúde.

Há a necessidade de ampliar os atendimentos da área da Saúde, e percebemos que o não cumprimento dos percentuais, em vez de criar uma perspectiva de melhora, cria uma situação de dúvida.

Tenho inclusive uma emenda constitucional aqui, parecida com a emenda que o deputado Dado Cherem apresentou, e que foi aprovada, em relação a cálculo desses percentuais.

Na área da Saúde, eram incluídos gastos que não deveriam ser incluídos para o cálculo dos 12%, especialmente a conta do pagamento do salário dos inativos. O deputado Dado Cherem fez uma emenda, aprovada por nós, na Casa, excluindo essa parte. E agora nessa legislatura fiz uma proposta de emenda constitucional semelhante, mas aí relacionada à Educação, porque também não podem ser incluídos aqueles pagamentos que devem ser feitos com recursos do estado.

Então, estou preocupado com essa situação em Santa Catarina, porque essa revelação feita de que os percentuais mínimos da Educação e da Saúde não foram comprometidos nos deixam bastante preocupados. E no caso específico, que é o tema que comecei abordando aqui, da área da Saúde, mais ainda em função de que há uma expectativa geral de Santa Catarina de melhorias nessa área, há esse debate do SUS da nova rede de urgência e emergência, mas se cada ente federativo não fizer a sua parte não vai funcionar direito.

É importante saber, esclarecer e sempre repetir que o SUS é integrado, ele é apenas governo, estado ou município. São os três entes federativos trabalhando em conjunto. É claro que quando há gestão plena em algum município, ele tem autonomia para fazer a gestão, mas dentro das normas determinadas pelo SUS, inclusive o estado também, com a sua participação.

Então, quero deixar registrada a nossa preocupação do não atendimento desses percentuais mínimos pelo estado e a perspectiva de que para este ano, para os próximos anos, não só se atenda a esses limites constitucionais mínimos, mas se avance para além dos mínimos constitucionais, para termos mais recursos aqui, no estado de Santa Catarina, já que os municípios, na sua média, aplicam mais em Saúde e Educação.

No âmbito nacional, repito, essa discussão das redes de urgência e emergência que está sendo feita, creio que vai criar uma perspectiva nova para os hospitais. Reconheço que os hospitais ainda estão um pouco, entre aspas, assustados, porque sempre que vem uma coisa nova é diferente, mas pelo que estamos vendo das informações se criaram perspectivas para esses hospitais terem mais recursos, terem uma ampliação da sua capacidade de atendimento para atenderem melhor e fazer aquilo que todos queremos para a saúde.

Por fim, quero citar um exemplo para dizer que temos que defender o SUS, obviamente não citando nomes. Deputada Ana Paula Lima, há pouco tempo, uma pessoa conhecida da gente, amiga da gente, teve um problema repentino, um problema grave de câncer. Ela tem plano de saúde, mas quando a coisa apertou foi o SUS que a socorreu; o próprio hospital onde ela estava recomendou que ela fosse ao SUS. E em dois ou três dias ela já estava sendo tratada pelo SUS.

Nas horas de aperto, às vezes, se fala muito do SUS, mas temos até que falar para melhorar o atendimento do SUS, e nesse caso específico foi o SUS que encaminhou aquilo que foi a solução para o caso dessa pessoa a quem me refiro, sem dizer

nomes, mas para dizer da importância do nosso Sistema Único de Saúde.

Antes de encerrar gostaria de cumprimentar o Geovani João Rocha, primeiro vereador do PT em Treze de Maio, e também o Claudinor Dias Pereira, do PT de Laguna, que estão acompanhando a sessão neste dia.

Sejam todos bem-vindos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0510/2010 e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s: 0020/2013, 0033/2013, 0207/2012, 0476/2012, 0517/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 032/2013, 0043/2013, 0048/2013, 0050/2013, 0052/2013, 0063/2013, 0102/2013, 0116/2013, 0117/2013, 0129/2013, 0589/2012, 0613/2012, 0617/2012, 0660/2012, 0661/2012, todos de entidade social, com documentação para a manutenção do título.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0340/2013 e 0341/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0342/2013, deputado Silvio Dreveck, e 0343/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0605/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0606/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira, e 0607/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para Explicação Pessoal.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.